

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
Secretaria do Patrimônio da União no Amazonas
Superintendência do Patrimônio da União no Amazonas

Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2017 do Grupo de Trabalho Estadual de Habitação de Interesse Social do Amazonas – GTE-HIS/AM, realizada na quinta-feira, dia 23 de fevereiro de 2017, na Sede da SPU/AM.

Manaus/AM, 23 de fevereiro de 2017.

1. O Sr. Alexandre, Superintendente do Patrimônio da União no Amazonas, Substituto, faz a abertura da Reunião do GTE-HIS/AM, relatando que esteve no Encontro Nacional da Secretaria do Patrimônio da União, em Brasília e que um dos temas tratados, inclusive levado pelos superintendentes, foi a Habitação de Interesse Social. Explica às mudanças da SPU no passado, que existiram duas Coordenações-Gerais, uma sobre os imóveis de áreas rurais (Amazônia Legal) e uma sobre os imóveis de áreas urbanas (Regularização Fundiária e Habitação) e agora existe apenas uma, aumentando muito a demanda da coordenação. Apresenta o compromisso assumido pela Sra. Lauren, Coordenadora-Geral de Habitação e Regularização Fundiária da SPU, pelo telefone, de na próxima reunião ordinária do GTE-HIS/AM já estar com a PDISP publicada do imóvel da Rua Quintino Bocaiuva.
 2. A Sra. Milena, UNMP, fala como essa PDISP é importante para o pessoal da luta, dos movimentos sociais, como a UNMP, o CONAN. E disse que a publicação da PDISP já vem sendo prometida há mais tempo.
 3. O Sr. João Batista, SUBHAF/Prefeitura Municipal de Manaus, pergunta sobre a Medida Provisória 759.
 4. O Sr. Alexandre, SPU-AM, diz que a Secretaria do Patrimônio da União está realizando mais atividades com menos recursos, assim a Secretaria entrou com uma série de pedidos de emendas para que o trabalho da SPU seja facilitado e que disponhamos de mais recursos.
 5. O Sr. João, SUBHAF/Prefeitura Municipal de Manaus, questiona sobre a segurança em executar as ações da MP. A prefeitura atualmente não tem a segurança de aplicar a MP e só a aplicará quando virar Lei.
 6. A Sra. Cristiane, UNMP-AM, afirma como a MP facilita a vida dos invasores na Ponta Negra, no Tarumã e pergunta se a SPU-AM não pode abrir um seminário sobre a MP. Ainda elogiou a presença da prefeitura nesta reunião do GTE-HIS/AM. Ela diz que o movimento social precisa ficar muito atento a como a MP será aplicada e questiona quais as escolhas que podem sair da aplicação da Medida Provisória. Ela diz que a aplicação da lei tem que passar a ser debatida no GTE.
 7. O Sr. Alexandre, SPU-AM, diz que alguns dos termos, como anistia, vem com a ideia de regular as ocupações já consolidadas. A SPU-AM precisa convidar as pessoas para se regularizar, que atualmente Manaus está de costas para o rio, inclusive a SPU/AM por um tempo, mas a SPU-AM está se planejando para este ano ser mais atuante nos terrenos marginais.
 8. O Sr. Marcos, Cáritas, fala sobre a boa vontade da SPU-AM, mas chama atenção da SPU-AM falando sobre uma quantidade gigante de processos, ficando assim de costas para o trabalhador. Que o Estado, ao regularizar a Colônia e, por último, o pólo naval, não ouviu os moradores, os ribeirinhos, e quando vem, vêm destruindo tudo, que esse coletivo, e o poder público, vêm ampliando, mas deve ampliar ainda mais o diálogo com moradores.
 9. O Sr. Alexandre, SPU-AM, fala que a SPU tem, ainda esse semestre, para reiniciar as discussões do Projeto Orla, local ideal para se tratar estas discussões. Deste modo, as decisões não são tomadas pelo poder público, nem pelas empresas, nem pelos ribeirinhos, mas sim pelo coletivo.
 10. A Sra. Neila, MNLN, diz que o movimento acredita muito na participação. Que o movimento traz a voz do povo na sua base. Ela reconhece a importância da participação do governo (estado e município). Fala da importância da Conferência Estadual das Cidades. Que é preciso que a 6ª Conferência traga o debate da função social da propriedade. A Conferência é o espaço legítimo para respaldar todo o debate trazido pela base. Ela fala da importância do Movimento Social fazer consolidar sua participação na Conferência Estadual das Cidades e no Grupo de Trabalho Nacional e Estadual da SPU.
 11. O Sr. Alexandre, SPU-AM, se despede, para poder participar de uma videoconferência da SPU. E se colocou a disposição caso alguém queira conversar com ele posteriormente na SPU-AM.
 12. O Sr. Carlos, SINTRASP, pergunta se há pauta a reunião. Eu, Daniel, SPU-AM, explico que a pauta é somente a aprovação da Ata da IV Reunião Ordinária de 2016 e ouvir as questões a serem apresentadas hoje, para que ela entre nas próximas pautas e a SPU-AM possa buscar as informações a cerca destes assuntos para trazê-las na próxima reunião.
 13. A Sra. Milena, UNMP, elogia a participação do município e do estado, porque quando eles não estão, é como se o movimento falasse dele para ele mesmo e questiona sobre a situação das áreas do IFAM.
 14. O Sr. Sérgio, SPU-AM, apresenta que foi identificado um erro de instrução processual, em que as tratativas estavam sendo dadas pela diretoria do Campus, entretanto a autorização tem que vir por parte do Reitor do IFAM. Ele explica que a SPU-AM não tem autonomia atualmente sobre as áreas do IFAM, é preciso que a área seja transferida para a União, sobre gerência da SPU-AM.
 15. A Sra. Milena, UNMP, questiona se todas as discussões, a visita feita para a destinação da área, que seria em breve destinada, foram perdidas e se não há nada definitivo.
 16. O Sr. Sérgio, SPU-AM, reitera que foi identificado que a SPU-AM não poderia oficializar a incorporação da área do IFAM se não for autorizado pela Reitoria. E, como este equívoco foi encontrado, a SPU-AM está trabalhando para corrigi-lo e continuar com o processo para destinação à moradia de interesse social.
 17. O Sr. Carlos, SINTRASP, relembra que havia um acordo para cada reunião, ser deliberado à pauta da próxima reunião. Ele fala da necessidade de se pontuar focos nas reuniões, como trazer a questão das terras da Suframa, do Jatuarana. Ele pontua a questão da precarização do serviço público federal, já que há uma grande circulação de pessoas na SPU-AM, em que cada vez mais são apresentadas novas pessoas conduzindo o GTE, o que dificulta o nivelamento das informações e continuidade das atividades do GTE. Destaca a confusão e o acúmulo de serviços nos servidores da SPU-AM ao momento que se fundiu as Coordenações de Rural e Urbana na SPU e propõe que o GTE Estadual aione o GTE Nacional para que eles não permitam que estas ações aconteçam. Sugere mais um ponto de pauta, a questão do Aeroclube. Ele fala que os movimentos sociais "tem que engoçar o caldo" para defender o combate a precarização do serviço público.
 18. O Sr. Jurandir, Conselho do Zumbi, sugere que o IFAM esteja presente nas discussões do GTE para discutir a cessão de sua área. Se indigna que ainda estamos dependendo da "boa vontade" do reitor de ceder essa área para que seja destinada à habitação de interesse social.
 19. A Sra. Cristiane, UNMP-AM, destaca que quem tem a obrigação de construir casa é o Estado e o Município, que o movimento popular e o GTE vêm como uma gota no oceano para buscar resolver a questão da moradia. Ela reclama do erro de protocolo, que fez com que existisse a visita técnica em momento inoportuno, fora da hora do protocolo. Ela fica indignada e propõe até que seja investigado o porque desse erro protocolar. E pede para que seja apresentada na próxima reunião a real situação das terras do IFAM, inclusive que seja verificada na ata de setembro que houve menção já da publicação da PDISP.
 20. O Sr. Júlio, CONAM, faz um apelo para que na próxima reunião seja tolerado no máximo um atraso de 15 minutos, e que nessa, os demais membros chegaram atrasados na reunião. E faz 4 observações: a primeira, é que a SPU-AM possa acompanhar o processo da publicação da PDISP, já que o pessoal da SPU de Brasília está um pouco distante da realidade dos fatos. O segundo ponto é sobre as duas ocupações em andamento, a ocupação da Irmã Helena e a ocupação da Casa do Estudante Universitário, ele quer informações sobre como estão os procedimentos da SPU-AM para tornar estas ocupações em habitação de interesse social. Outro ponto é sobre a ocupação do IFAM e o princípio da continuidade do serviço público, que as negociações não podem parar, os processos administrativos são ligados à SPU, não a cada servidor. Um último ponto é a reiteração do pedido que a SPU forneça um mapa sobre as áreas possíveis de serem destinadas à habitação de interesse popular, inclusive no interior do Estado do Amazonas, pois este é um grupo de trabalho estadual, não somente de Manaus. O GTE precisa expandir a questão das discussões de problema de moradia para o interior, já que no interior também há questões de falta de moradia. Ele ainda faz um pedido para que o GTE passe a ter opiniões consolidadas sobre determinados assuntos, por exemplo, a questão do aeroclube. Ele pede para que o GTE tenha um planejamento, que o GTE eleja prioridades e possa trabalhar com foco nessas questões.
 21. A Sra. Cristiane, UNMP, propõe como pauta para a próxima reunião, que todos pensem as metas e tragam na próxima reunião, para que sejam eleitas as principais metas para todo ano.
 22. Eu, Daniel, SPU-AM, informei a criação do Grupo de Whatsapp e pedi que caso algum membro do GTE-HIS-AM se posicione contrário a sua inserção, que se manifeste. Ninguém se manifestou. Assim, eu informei que adicionará no grupo o restante dos membros.
 23. O Sr. João, SUBHAF/Prefeitura Municipal de Manaus, pede que as áreas ocupadas da União, como Grande Vitória e outras, se há possibilidade da SPU-AM passar para a prefeitura estas áreas, e a prefeitura possa regularizar os moradores que ali estão há mais de vinte anos.
 24. A Sra. Neila, MNLN, conta que a destinação dos imóveis são feitas por um tempo: dois, três anos. E alguns imóveis não são efetivados a ocupação. Que o GTE possa avaliar se o imóvel que foi destinado cumpriu com a finalidade, caso não tenha cumprido, que possa ser transferido para habitação de interesse social.
 25. O Sr. Marcos, Cáritas, fala da preocupação com a MP 759, e que o GTE deve estar atento aos desdobramentos dessa medida, afim de evitar que algumas áreas sejam regularizadas apenas para pessoas ricas. Que o GTE quer saber quais os espaços que serão regularizados, para que a situação não fique obscura para os membros no GTE.
 26. A Sra. Cristiane, UNMP-AM, propõe que esse GTE endosse o pleito apresentado pela Prefeitura, de cobrar da SPU a regularização das áreas apresentadas para prefeitura de ocupação já consolidada.
 27. O Sr. Sanelmo, SUBHAF/Prefeitura Municipal de Manaus, fala que gostaria de regularizar estas áreas igual foi na região do Parque Mauá e Mauazinho. Ele informa que o Mauazinho já está titularizado pela prefeitura em 100% já o parque mauazinho não foi regularizado porque é uma área de loteamento particular.
 28. O Sr. Sérgio, SPU-AM, questiona como a prefeitura regularizou a área, já que há o entendimento da SPU-AM que esta área é da Suframa.
 29. A Sra. Nelma explica a diferença de jurisdição, que a SPU-AM regula o uso das terras da União, já as áreas da Suframa, do IFAM, pertencem a estas autarquias e as terras a elas pertencem, chamado de patrimônio próprio. Na questão do Mauazinho, uma parte da CEASA foi liquidada, outra parte foi incorporada pela União, portanto a SPU-AM necessita verificar com a prefeitura qual a área que foi regularizada.
 30. O Sr. João, SUBHAF/Prefeitura Municipal de Manaus, fala que a área regularizada foi transferida diretamente pela SUFRAMA.
 31. A Sra. Milena, UNMP, questiona aos membros representantes da prefeitura, sobre as áreas a serem regularizadas no Santa Etelvina e Cidade de Deus. O Sr. João, SUBHAF/Prefeitura Municipal de Manaus explica que um trecho pertence ao Estado e outras áreas, grande parte, pertence a particulares. Para regularizar essas áreas é necessário que o Estado indenize os donos dessas áreas para que sejam transferidos ao patrimônio público. Ele ainda indaga o papel do Ministério Público, da Defensoria Pública que não entra com processos de usucapião sobre essas áreas.
 32. A Sra. Neila, MNLN, ao citar a ocupação Coliseu em área da SUFRAMA, diz que já foram feitas reuniões a cerca da regularização destas áreas e da transformação delas em áreas de moradia de interesse social, que falta manifestação, por parte da Prefeitura e do Estado, de interesse sobre as áreas, para que o Juiz possa ter um apreço maior sobre estas áreas.
 33. O Sr. João, Prefeitura Municipal de Manaus, informa que esta área está sobre APP e, portanto não é possível de transformação em área de interesse social. Neila questiona sobre essa questão da APP, já que há um lixão ao lado. João afirma que ele está errado e esta questão também precisa ser resolvida.
 34. A reunião é dada por encerrada a partir da fala do Sérgio, SPU-AM, de que a aprovação desta ata e da ata anterior após as correções propostas, será realizada na próxima reunião.
- A ata vai assinada por mim, Daniel Fonseca e Silva, Geógrafo e pelo Sr. Alexandre Marcolino Lemes, Superintendente Patrimônio da União no Amazonas, Substituto, seguida pela lista de presença.**

DANIEL FONSECA E SILVA

Chefe de Divisão Substituto da Regularização Fundiária e Habitação

ALEXANDRE MARCOLINO LEMES

Superintendente Substituto



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MARCOLINO LEMES, Superintendente Substituto**, em 10/07/2017, às 21:29.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador **3638560** e o código CRC **3D1245C8**.